



**DAVI & CORRÊA**

AUDITORES INDEPENDENTES

**20**  
ANOS

---

070/2022 – Poc/Vbs/It/Jr

**Cliente:** Ecovix Construções Oceânicas S.A. Em recuperação judicial.

**Assunto:** Relatório dos auditores sobre os exames realizados nas demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021.



**DAVI & CORRÊA**

AUDITORES INDEPENDENTES

**20**<sup>ANOS</sup>

---

## **1 – Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**



---

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros

**Conselheiros, Diretores e demais Administradores da  
Ecovix Construções Oceânicas S.A. Em recuperação judicial**

Rio Grande - RS

### **Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **Ecovix Construções Oceânicas S.A. Em recuperação judicial**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária do **Ecovix Construções Oceânicas S.A. Em recuperação judicial**, em 31 de dezembro de 2021, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Auditoria dos Saldos Iniciais**

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apresentadas de forma comparativa às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram examinadas por nós ou outros auditores independentes, para termos um conforto razoável realizamos um trabalho de conhecimento dos saldos e constatamos conforme o Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) que em 2021 tiveram lançamentos de ajuste de exercícios anteriores no montante



de R\$ 21,9 milhões e R\$ 48,3 milhões na conta de IR e CS Diferido de anos anteriores , conforme registros efetuados no Patrimônio Líquido.

### **Ênfase - Incerteza Relevante Relacionada a Continuidade Operacional**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 20, 21 e Demonstrações de variações do Patrimônio Líquido, que indica que a Companhia apresenta passivo a descoberto acumulados de R\$ 6,5 bilhões em suas operações, tendo apurado prejuízo recorrente de R\$ 45,7 milhões em 2021 e R\$ 37,5 milhões em 2020. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial inicial de 2016 da Companhia tenha sido aprovado e Companhia frente ao cenário de mercado que se encontrava protocolou um pedido de aditamento do plano sendo o mesmo ainda aguardando aprovação, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a estes assuntos.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

### **Recuperação Judicial: Notas explicativas nº 20**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 20, a Companhia está em recuperação judicial desde 16 de dezembro de 2016 quando e foi deferido em 19/12/2016, conforme o processo número 5000021-98.2016.8.21.0023. Dessa forma, a Companhia está reestruturando um passivo de R\$ 7.3 bilhões, sendo o valor distribuído na Classe I (Credores Rec. Judicial – Trabalhista) valor de R\$ 47,6 Milhões, Classe III (Credores Rec. Judicial – Quirografário) valor de R\$ 2.9 Bilhões, Classe IV (Credores Rec. Judicial – EM/EPP) valor de R\$ 7,4 milhões e Credores recuperação Judicial – SSF/ “TSA” no valor R\$ 4.3 bilhões.

Embora muito impactada pelas dificuldades econômicas, mercadológicas e financeiras em razão do cenário macroeconômico brasileiro e, em particular, em razão de notório processo, ainda em curso, de deterioração dos setores de óleo e gás e de construção naval no País, o que há muito vêm inviabilizando a obtenção de novos recursos.

Destacamos que atualmente foi solicitado pela Companhia entrou com pedido de aditamento conforme descrito a seguir com teor extraído da solicitação: O presente “Laudo” foi elaborado pelo Grupo Ecovix para fins de emissão de parecer sobre a viabilidade



econômico-financeira das alterações propostas pelo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (“Aditivo”) das empresas do Grupo Ecovix, Ecovix Construções Oceânicas S.A – em recuperação judicial, RG Estaleiros S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG1 S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG2 S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. – em recuperação judicial e Engevix Sistemas de Defesa Ltda. em recuperação judicial. O processamento e deferimento da Recuperação Judicial foi dado em 19 de Dezembro de 2016, por decisão da Juíza Fabiana Gaier Baldino, da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, processo nº 50000219820168210023, que nomeou como Administrador Judicial a Medeiros & Medeiros Administração Judicial Ltda.

O laudo foi redigido com base em informações públicas, estudos, análises de dados e projeções feitas pela companhia e por consultorias especializadas, tendo como objetivo proporcionar o conhecimento e informações necessárias a respeito de seu modelo de negócios, o que torna possível a verificação sobre a viabilidade econômico-financeira no contexto do Aditivo do Plano de Recuperação Judicial proposto, em consonância com a Lei 11.101/05.

A crise do Grupo Ecovix, de modo resumido, decorre de diversos fatores, dentre eles as sucessivas crises econômicas-financeiras do setor de óleo e gás ocorridas na última década. Além disso, em 2020, a crise foi pronunciada pelo efeitos deletérios da pandemia da COVID-19, que afetou todo o setor produtivo globalmente, em especial no Brasil. No que diz respeito ao segmento em que atuam as Recuperadas, 2020 ficou ainda marcado pelo anúncio da Petrobras das medidas de contenção de custos de sua operação, tais como hibernação de diversas plataformas, corte em sua produção diária e a redução de seu capital de investimentos. Dessa forma, a tão esperada recuperação ou retomada da indústria de construção naval não se consumou até os dias de hoje, em boa parte por conta de uma decisão estratégica da Petrobras de redirecionar suas principais contratações neste segmento para grandes afretadores internacionais.

Consideramos como um assunto significativo para a auditoria em decorrência dos impactos relacionados a regularização de sua situação econômica e financeira e determinação relevante quanto a sua continuidade operacional.

### **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juiz a fim de compreender os impactos nas demonstrações contábeis;
- Reuniões periódicas com a Administração da Companhia para acompanhamento;
- Acompanhamento da movimentação de valores do Quadro Geral de Credores elaborado pelo Administrador Judicial com as demonstrações contábeis;
- Avaliação quanto a preparação e divulgação efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em relação às regras aplicáveis.



Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos adequados os registros contábeis e as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

### **Imobilizado: Nota explicativa nº 13**

Conforme nota explicativa Nº 13 a Companhia apresentou o saldo Líquido de R\$ 1.0 bilhões em Imobilizado que representa 79% do total do ativo, no exercício de 2021 os saldo de imobilizado foram submetidos a teste de recuperabilidade de ativos “Impairment”, validamos os saldos apresentados em relação aos valores registrados na contabilidade não identificando irregularidades.

### **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Nossos testes foram aplicados nos valores contábeis dos ativos imobilizado de todas as contas da Companhia, que totalizam R\$ 1,7 Bilhões, após ajustes de impairment efetuado em 2021, nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.
- Avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível e os procedimentos e testes adotados pela Administração para determinação do valor em uso das práticas contábeis.
- Testamos a consistência entre os valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos atuais aprovados pela Administração da Companhia, bem como comparamos as projeções com as expectativas dos mercados e setores em que a Companhia atua.
- Adicionalmente, comparamos as projeções utilizadas nos testes realizados nos anos anteriores com os resultados efetivos. Ademais, realizamos uma análise de sensibilidade acerca das principais premissas utilizadas pela Administração (taxa de desconto, projeção de crescimento das vendas e margem de contribuição) com o objetivo de observar se essas premissas, individualmente ou coletivamente, requereriam necessidade de contabilização de impairment significativamente diferente do considerado e divulgado pela administração.
- Também consideramos a probabilidade de tais mudanças nas premissas ocorrerem. Avaliamos a sua adequada divulgação dos ativos não financeiros nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes nos julgamentos e premissas utilizados pela Administração, de forma que os valores e informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão adequados.



---

## **Outros Assuntos**

### **- Auditoria de ano anterior**

As demonstrações contábeis da **Ecovix Construções Oceânicas S.A. Em recuperação judicial**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2021, não foram auditadas por nós ou outros auditores independentes, efetuamos um trabalho com escopo menor de reconhecimento razoável dos saldos de 2020 sem emissão de relatório de opinião, em virtude disso ressalvamos os saldos iniciais em 2021.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis da entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**DAVI & CORRÊA**

AUDITORES INDEPENDENTES

**20**  
ANOS

---

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 22 de março de 2022.

---

**Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S**  
**CRC - RS 3.797**  
**Pedro Osório Correa**  
**Contador CRC - RS 42.462/O**



## **2 – Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021**

### **2.1 – Balanço Patrimonial**

### **2.2 – Demonstração do Resultado do Exercício**

### **2.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

### **2.4 – Demonstração do Fluxo de Caixa**

### **2.5 – Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis Levantadas em 31 de dezembro de 2021.**

**Ecovix Construções Oceânicas S.A. - Em recuperação judicial**  
**CNPJ 11.754.525/0001-39**

**Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021**

(Valores em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	120	89	863	13.116
Contas a receber	6	18.600	23.831	18.600	23.831
Adiantamentos à fornecedores		2.579	1.247	3.311	1.933
Tributos a compensar	7	63.565	73.296	81.717	95.112
Outros ativos	8	1.219	40.045	1.278	55.714
		<b>86.083</b>	<b>138.508</b>	<b>105.769</b>	<b>189.706</b>
<b>Não Circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Aplicações financeiras		16	19	16	25
Contas a receber	7	408	66	-	66
Conta corrente entre empresas	9	488.430	506.794	80.104	93.922
Ativo fiscal diferido	10	48.330	-	48.330	-
Depósitos judiciais	8	29.754	-	29.754	73
		<b>566.939</b>	<b>506.879</b>	<b>158.204</b>	<b>94.086</b>
<b>Permanente</b>					
Investimentos	11	-	-	-	-
Propriedades para investimento	12	-	1.432	2.116	3.548
Imobilizado	13	69.731	116.701	1.003.091	928.053
Intangível	14	267	142	267	142
		<b>69.998</b>	<b>118.275</b>	<b>1.005.474</b>	<b>931.743</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>723.020</b>	<b>763.662</b>	<b>1.269.447</b>	<b>1.215.535</b>

**Ecovix Construções Oceânicas S.A. - Em recuperação judicial**  
**CNPJ 11.754.525/0001-39**

**Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021**

(Valores em Milhares de Reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	15	3.382	5.850	6.008	13.914
Obrigações sociais e trabalhistas		491	573	903	911
Obrigações fiscais	16	464	3.059	1.294	14.446
Empréstimos e financiamentos		-	8	-	8
Adiantamento de clientes	17	38.524	276.036	38.524	276.136
Outros passivos		-	50	-	4.206
Parcelamento de tributos		279	800	279	1.677
		<b>43.140</b>	<b>286.376</b>	<b>47.008</b>	<b>311.298</b>
<b>Não Circulante</b>					
<b>Exigível a longo prazo</b>					
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	-
Receita diferida	18	68.290	91.023	68.290	91.023
Adiantamentos de clientes	17	33.323	-	33.323	-
Obrigações fiscais	16	974	-	2.343	-
Conta corrente entre empresas	9	-	3.124	-	3.124
Provisão para contingências	19	193.250	7.162	308.803	7.165
Provisão para perda nos investimentos	11	1.583	1.583	-	-
Credores da recuperação judicial	20	6.944.290	6.960.743	7.372.037	7.389.801
Outros passivos		522	-	522	-
		<b>7.242.232</b>	<b>7.063.635</b>	<b>7.785.318</b>	<b>7.491.113</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	21	20.000	20.000	20.000	20.000
Reserva legal		63.029	89.535	63.029	89.535
Prejuízos acumulados		(6.599.655)	(6.658.378)	(6.599.655)	(6.658.378)
Resultado do exercício		(45.726)	(37.506)	(45.726)	(37.506)
		<b>(6.562.352)</b>	<b>(6.586.349)</b>	<b>(6.562.352)</b>	<b>(6.586.349)</b>
Participações de acionistas não controladores		-	-	(527)	(527)
<b>Total do passivo</b>		<b>723.020</b>	<b>763.662</b>	<b>1.269.447</b>	<b>1.215.535</b>

**Ecovix Construções Oceânicas S.A. - Em recuperação judicial**  
**CNPJ 11.754.525/0001-39**

**Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2021**

(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita bruta de serviços prestados		16	6.183	10.591	11.126
Impostos incidentes s/receitas		-	(494)	(868)	(885)
<b>Receita operacional líquida</b>	22	<b>16</b>	<b>5.689</b>	<b>9.723</b>	<b>10.241</b>
Custos operacionais	23	(61)	86	(5.438)	(9.417)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>(45)</b>	<b>5.775</b>	<b>4.285</b>	<b>824</b>
Despesas administrativas	24	(33.872)	(56.025)	(47.083)	(69.267)
Depreciação e amortização		(39.942)	(40.278)	(91.957)	(77.234)
Outras receitas e despesas operacionais	25	26.051	22.606	26.908	22.675
Resultado de equivalência patrimonial	12	-	-	-	-
<b>Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(47.808)</b>	<b>(67.922)</b>	<b>(107.847)</b>	<b>(123.002)</b>
Receitas financeiras	26	39	2.222	673	2.331
Despesas financeiras	27	(599)	(2.302)	(1.136)	(2.777)
Variação Cambial		-	524	-	524
Outras receitas e outras despesas	28	2.642	29.972	4.581	37.999
<b>Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(45.726)</b>	<b>(37.506)</b>	<b>(103.729)</b>	<b>(84.925)</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	29	-	-	(114)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	30	-	-	-	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>(45.726)</b>	<b>(37.506)</b>	<b>(103.843)</b>	<b>(84.925)</b>
Participação de acionistas controladores		-	-	14.529	11.919
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>(45.726)</b>	<b>(37.506)</b>	<b>(89.314)</b>	<b>(73.006)</b>

**Ecovix Construções Oceânicas S.A. - Em recuperação judicial**  
**CNPJ 11.754.525/0001-39**

**Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2021**

(Valores em Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	(45.726)	(37.506)	(89.314)	(73.006)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>(45.726)</b>	<b>(37.506)</b>	<b>(89.314)</b>	<b>(73.006)</b>

**Ecovix Construções Oceânicas S.A. - Em recuperação judicial**  
**CNPJ 11.754.525/0001-39**

**Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2021**

(Valores em Milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>20.000</b>	<b>89.535</b>	<b>(6.134.133)</b>	<b>(6.024.598)</b>	<b>(112.997)</b>	<b>(6.137.595)</b>
Prejuízo do exercício	-	-	(37.506)	(37.506)	(527)	<b>(38.033)</b>
Provisão para perda nos investimentos	-	-	(420.000)	(420.000)	-	<b>(420.000)</b>
Estorno da equivalência indevida no RGE	-	-	(105.890)	(105.890)	-	<b>(105.890)</b>
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	1.645	1.645	112.997	<b>114.642</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>20.000</b>	<b>89.535</b>	<b>(6.695.884)</b>	<b>(6.586.349)</b>	<b>(527)</b>	<b>(6.586.876)</b>
Prejuízo do exercício	-	-	(45.726)	(45.726)	(527)	<b>(46.253)</b>
Transferência para lucros acumulados	-	(26.506)	26.506	-	-	-
IR e CS Diferido de anos anteriores	-	-	48.330	48.330	-	<b>48.330</b>
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	21.393	21.393	527	<b>21.920</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro 2021</b>	<b>20.000</b>	<b>63.029</b>	<b>(6.645.381)</b>	<b>(6.562.352)</b>	<b>(527)</b>	<b>(6.562.879)</b>

**Ecovix Construções Oceânicas S.A. - Em recuperação judicial**  
**CNPJ 11.754.525/0001-39**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Em milhares de Reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro Líquido do exercício</b>	<b>(45.726)</b>	<b>(37.506)</b>	<b>(103.843)</b>	<b>(84.925)</b>
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido (usado nas) / provenientes das atividades operacionais</b>				
Depreciação e amortização	39.942	40.278	91.957	77.234
Sobras contábeis conforme inventário	675	-	675	-
Provisão para contingências	5.844	-	6.272	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	114	-
Reconhecimento receita diferida	(22.733)	(22.733)	(22.733)	(22.733)
<b>Caixa proveniente das atividades de reconciliação</b>	<b>23.728</b>	<b>17.545</b>	<b>76.285</b>	<b>54.501</b>
<b>Variações dos ativos operacionais</b>				
Contas a receber	4.889	(8.547)	5.298	(8.547)
Adiantamentos à fornecedores	(1.332)	2.903	(1.378)	3.519
Tributos a compensar	9.731	24.799	13.395	23.658
Outros ativos	38.826	(8.319)	54.436	(8.369)
Depósitos judiciais	(29.754)	-	(29.681)	-
Ativo fiscal diferido	(48.330)	-	(48.330)	-
Conta corrente entre empresas	18.364	(49.407)	13.818	(29.891)
Aplicações financeiras	3	(4)	9	135
<b>Variações dos passivos operacionais</b>				
Fornecedores	(2.468)	5.849	(7.907)	6.436
Empréstimos e financiamentos	(8)	(112)	(8)	(151)
Obrigações fiscais	(1.622)	(801)	(10.922)	(14.800)
Obrigações sociais e trabalhistas	(82)	(353)	(9)	(329)
Adiantamentos de clientes	(204.189)	64.894	(204.289)	64.994
Outros passivos	473	50	(3.682)	57
Receita diferida	-	-	-	-
Credores da recuperação judicial	(16.454)	(16.463)	(17.764)	(15.543)
Conta corrente entre empresas	(3.124)	3.124	(3.124)	3.124
Provisão para contingências	180.244	(228)	295.365	(228)
Provisão para perda nos investimentos	-	1.583	-	-
Parcelamento de tributos	(520)	799	(1.399)	(15.588)
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(55.353)</b>	<b>19.767</b>	<b>53.828</b>	<b>8.477</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(1.298)	(59)	(1.373)	(59)
Baixas de bens do ativo imobilizado e intangível	8.407	-	8.407	-
Ajustes de depreciação de ativo imobilizado	596	-	596	-
Estorno do PL (imobilizado ERGs)	(44)	-	(274.409)	(387.161)
<b>Caixa proveniente das atividades de investimento</b>	<b>7.661</b>	<b>(59)</b>	<b>(266.779)</b>	<b>(387.220)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
IR e CS Diferido de anos anteriores	48.330	-	48.330	-
Ajustes de exercícios anteriores no PL	21.391	69	179.926	420.438
<b>Caixa proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>69.721</b>	<b>69</b>	<b>228.256</b>	<b>420.438</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>31</b>	<b>(184)</b>	<b>(12.253)</b>	<b>11.271</b>
<b>Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício	89	273	13.116	1.845
No final do exercício	120	89	863	13.116
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>31</b>	<b>(184)</b>	<b>(12.253)</b>	<b>11.271</b>

## **1. Contexto operacional**

### **1.1 Objeto operacional**

A Ecovix Construções Oceânicas S.A. – Em recuperação judicial (“Ecovix” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, constituída em 17 de março de 2010 sob a forma de capital fechado. A Companhia tem como objeto social projetar, construir e operar instalações para utilização “off-shore” (em particular, cascos para plataformas de petróleo), módulos para estas plataformas, navios sonda, embarcações de apoio e embarcações de qualquer tipo e natureza, além de instalações fixas para utilização off-shore.

O Grupo Ecovix além do ‘business’ principal, está atuando também nos seguintes negócios: Atividades de Natureza Portuária e Logística, Atividades de Construção Naval e Construção Industrial.

Diante do encerramento do contrato firmado anteriormente, para a construção de cascos de plataformas de petróleo, a Companhia ajuizou em 16.12.2016 o pedido de recuperação judicial e que foi posteriormente homologado na data de 17.08.2018. O pedido engloba também as companhias RG Estaleiros, ERG1, ERG2 e ERG3.

No dia 12 de novembro de 2019, as empresas do Grupo Nova Participações, incluindo o Grupo Ecovix, firmaram Acordo de Leniência com a Controladoria Geral da União – CGU e a Advocacia Geral da União – AGU, com base na Lei nº 12.846/2013 e legislação correlata. A celebração do Acordo de Leniência constitui importante passo na consecução de novos negócios, imprescindíveis à reestruturação financeira das recuperandas e cumprimento das obrigações oriundas da Recuperação Judicial.

### **1.2 RG Estaleiro ERG 1 S.A.**

A controlada indireta RG Estaleiro ERG 1 S.A. – Em recuperação judicial (“ERG1”) é uma entidade de capital fechado, constituída em 29 de dezembro de 2003, com sede social no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. A ERG1 tem como objeto social deter a propriedade de estaleiros, dique seco e instalações de apoio às construções navais, administrando e explorando comercialmente estas instalações por meio de arrendamento mercantil.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de outubro de 2010, foi aprovada a alteração da denominação social da entidade de W Torre Empreendimentos Navais e Portuários S.A para RG Estaleiro ERG1 S.A, quando da transferência de controle societário para a RG Estaleiros S.A.

ERG 1 detém, entre seus ativos, o maior dique seco do Hemisfério Sul, tendo acesso direto a uma das áreas de maior profundidade naval do território brasileiro, favorável à navegação de modernas embarcações, sobretudo de grande porte, o que lhe garante importantes aspectos físicos para a construção de embarcações navais e oceânicas que serão necessárias ao desenvolvimento dos projetos de exploração das reservas nacionais do pré-sal.

Desde 10 de abril de 2007, ERG1 detém certificação de operação portuária concedida pela Superintendência do Porto de Rio Grande nos termos da Lei nº 8.630/93 e das normas de pré-qualificação de operadores portuários.

### **1.3 RG Estaleiro ERG 2 S.A.**

A controlada indireta RG Estaleiro ERG 2 S.A. – Em recuperação judicial (“ERG 2”), é uma sociedade de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede em Barueri, Estado de São Paulo.

A ERG 2 tem como objeto social deter a propriedade de terrenos e neles construir estaleiros e instalações de apoio às construções navais, administrando e explorando comercialmente estas instalações por meio de arrendamento. Tendo obtido Certificado de Operador Portuário em 04 de maio de 2012 da Superintendência do Porto do Rio Grande para exercer a atividade de Operador Portuário nas operações de carga geral, granéis sólidos, granéis líquidos, contêineres, roll-on/roll-off e cargas perigosas, na área do Porto do Rio Grande – RS.

A Companhia teve seu controle acionário transferido para a RG Estaleiros S.A em 15 de outubro de 2010, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações firmado em 2 de junho de 2010 entre WTorre S.A e RG Estaleiros S.A. Nessa mesma data, a Companhia firmou Termo de Compromisso com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Superintendência do Porto de Rio Grande, no qual ficaram ratificados os compromissos entre as partes para execução de ações articuladas voltadas à implantação da segunda Unidade Industrial voltada à construção de cascos, plataformas offshore e embarcações de grande porte. Entre os compromissos lá expressos encontram-se os de ocupação do imóvel pela Companhia, a realização de investimentos e de geração de empregos e receitas tributárias para o Estado. O compromisso tem prazo de 48 (quarenta e oito meses), a contar da data de 27 de maio de 2011.

Foi celebrado em 28 de novembro de 2011 Contrato de Locação de área de 145.750 metros quadrados com a Companhia. No decorrer do quarto mês de vigência do Contrato de Locação, a ERG 2 disponibilizou a edificação dos dois primeiros Galpões de Acabamento de Blocos (GABs), no estado em que se encontram, possibilitando, a partir deste momento, a utilização dos referidos GABs por parte da Locatária, conforme primeiro aditamento deste contrato, celebrado em 15 de abril de 2012.

Em 8 de maio de 2012, a Fepam – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler –RS, nos termos do processo nº 19419-05.67/10-9, emitiu a Licença de Instalação LI nº527/2012-DL para a Companhia, envolvendo o empreendimento 174893-Fábrica de Blocos e Painéis, situada à Av. Almirante Maximiano da Fonseca nº4.301 Superporto Rio Grande (RS).

#### 1.4 RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A.

A controlada indireta RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A. – Em recuperação judicial (“ERG 3”) é uma entidade de capital fechado, constituída em 20 de dezembro de 2011, com sede social no Município de Barueri, Estado de São Paulo. A ERG 3 tem como objeto social deter a propriedade de terrenos e instalações industriais de apoio às construções navais e offshore, administrando e explorando comercialmente estas instalações através do processamento industrialização e beneficiamento de aço, podendo também efetuar o arrendamento dessas áreas e operações.

O ERG3 ainda não possui atividade operacional.

#### Plano de Reestruturação Financeira e Operacional da Ecovix Construções Oceânicas S.A. – Em recuperação judicial

Embora muito impactada pelas dificuldades econômicas, mercadológicas e financeiras em razão do cenário macroeconômico brasileiro e, em particular, em razão de notório processo, ainda em curso, de deterioração dos setores de óleo e gás e de construção naval no País, o que há muito vêm inviabilizando a obtenção de novos recursos.

Como forma de enfrentar estas dificuldades e readequar a sua operação, o Grupo Ecovix promoveu uma série de medidas destinadas a eliminar e/ou diminuir, conforme o caso, determinados custos fixos, além de ter reajustado o seu planejamento estratégico de negócios e o foco de aplicação de recursos e investimentos, como forma de se capacitar e melhor atender os seus principais clientes.

Na sequência, como mais uma etapa do seu projeto de reestruturação e readequação às condições e exigências do mercado, o Grupo Ecovix ajuizou, em 16.12.2016, o pedido de recuperação judicial.

Desde então, o Grupo Ecovix vem cumprindo, mesmo que de forma parcial o adimplemento de Créditos Trabalhistas; Créditos com Garantia Real; Créditos ME e EPP vencidos até este exercício social.

As principais transações levadas a efeito pelo Grupo Ecovix tiveram como foco a capacitação para a prestação serviços e a ampliação de suas atividades no contexto de sua reestruturação, organização da contabilidade e, atualmente, está plenamente apto a atuar nas áreas de construção naval, operação portuária, logística e construção industrial.

Ainda na esteira da reorganização que está sendo implementada, em 2019 foi celebrado Acordo de Leniência com a Controladoria-Geral da União (“CGU”) e com a Advocacia Geral da União (“AGU”), tendo o Grupo Ecovix assumido obrigações de pagamentos, de implementação de medidas investigativas e de um programa de integridade. O Acordo de Leniência constituiu etapa necessária do projeto de reestruturação do Grupo Ecovix. Assim como constitui importante passo na consecução de novos negócios, imprescindíveis à reestruturação financeira das Recuperandas e cumprimento das obrigações oriundas da Recuperação Judicial.

A Ecovix engajou-se na implementação de Políticas de Integridade e na melhoria dos seus processos internos visando à obtenção da Certificação Internacional ISO- 37001 –Sistema de Gestão Antissuborno, em atendimento a exigência formulada pela CGU, concluindo com sucesso e sendo certificada no dia 13/12/2021.

Obter a certificação ISO 37001:2016 é mais um grande passo da Ecovix Construções Oceânicas, contribuindo com o fortalecimento do seu Programa de Integridade e agregando valor aos seus negócios.

O Grupo Ecovix vem realizando enorme esforço para manter o adimplemento das obrigações contidas no plano de recuperação judicial e das obrigações extraconcursais, em prejuízo da realização de investimentos necessários à preservação da sua operação.

A preservação da operação do Grupo Ecovix e o seu soerguimento econômico (com a manutenção da situação de adimplência) depende hoje, fundamentalmente (e cada vez mais), da disponibilidade de novos recursos, da expansão das suas atividades, da venda de ativos, da participação em novas concorrências e da busca por investidores estratégicos.

O Grupo Ecovix continua empenhado para satisfazer suas obrigações, principalmente, por meio de um plano de negócios baseado na diversificação de atividades, na readequação da operação às novas condições de mercado e por meio da venda de ativos.

## 2. Entidades do grupo

Controladas relevantes	País	Participação acionária	
		2021	2020
Fundo de Investimentos em Participações RG Estaleiros (direta)	Brasil	75%	75%
RG Estaleiros S.A. – Em recuperação judicial (indireta)	Brasil	100%	100%
RG Estaleiro ERG1 S.A – Em recuperação judicial (indireta)	Brasil	100%	100%
RG Estaleiro ERG2 S.A – Em recuperação judicial (indireta)	Brasil	100%	100%
RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A – Em recuperação judicial (indireta)	Brasil	100%	100%

A Companhia recebe substancialmente todos os benefícios relacionados às suas operações e ativos líquidos com base nos termos contratuais sob os quais a entidade foi estabelecida. Consequentemente, a Companhia consolida todas as investidas.

### 3. Base de preparação

#### a) Declaração de conformidade com relação às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e práticas contábeis adotadas no Brasil

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e as demonstrações contábeis individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado, em um único conjunto de demonstrações contábeis.

#### b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros classificados pelo valor justo através do resultado.

#### c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

#### d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os reflexos decorrentes de modificações nas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

### 4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

#### a) Base de consolidação

##### Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle a Companhia leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida;
- O montante reconhecido de qualquer participação não controladora na adquirida; mais
- Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição; menos;
- O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes à extinção de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Os custos de transação, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, que a Companhia incorre em conexão com a combinação de negócios, são registrados no resultado conforme incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo são registradas no resultado do exercício.

## b) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, que para fins dessas demonstrações contábeis são aquelas que não realizadas na moeda local (Reais), são convertidas pela taxa de câmbio nas datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento de cada final de mês. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio vigente nas datas das transações

## c) Instrumentos financeiros

### i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis.

### ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como mantido para negociação no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem as aplicações financeiras e bancos conta vinculada registrados no ativo não circulante.

### iii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e empréstimos com partes relacionadas.

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com recebimentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável

### iv) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

### v) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas

### vi) Capital social

#### Ações ordinárias

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, exceto quando retidos por deliberação unânime dos acionistas da Companhia.

## d) Imobilizado

### i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e demais condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela

Administração, além dos juros e encargos financeiros incorridos nos financiamentos atribuíveis à construção do ativo qualificável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

**ii) Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**iii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, pelo método linear, de acordo com as taxas de depreciação descritas na Nota Explicativa no. 13.

**e) Redução ao valor recuperável (“impairment”)**

**i) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis” são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução ao valor recuperável.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Administração não identificou a necessidade de ajustes de seus ativos financeiros ao valor recuperável.

**ii) Ativos não financeiros**

Os ativos não financeiros da Companhia estão representados pelo ativo imobilizado, investimentos, intangível e propriedades para investimento.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

**f) Propriedade para investimento**

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital (ou para ambos), mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

O custo inclui todos os gastos diretamente atribuíveis na aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os gastos de material e mão de obra direta, qualquer outro gasto diretamente incorrido para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos durante a fase de construção.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

**g) Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são

apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

#### h) Receita operacional

##### i) Receitas de serviços

As receitas de serviços preponderantes derivam do contrato para serviços de reparo naval e top off, registradas na controlada indireta ERG 1.

##### ii) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente juros Selic e receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem basicamente juros sobre pagamentos de fornecedores e juros sobre pagamento de tributos.

##### iii) Outras receitas operacionais

Registra a receita referente venda de sucata e serviços de corte.

#### i) Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados contemplam, de forma geral, todos os custos diretamente relacionados com os serviços de reparo naval e top off.

#### j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

#### k) Novas normas, alterações e interpretações de normas

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotá-las se cabível quando entrarem em vigência.

Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS – a Companhia adota estrutura conceitual do CPC / IFRS. Mas suas alterações, como ainda não são efetivas, não foram adotadas.

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está representado por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	84	78	84	78
Depósitos bancários	35	10	286	225
Aplicações financeiras (i)	1	1	493	12.813
	<b>120</b>	<b>89</b>	<b>863</b>	<b>13.116</b>

(i) As aplicações financeiras são de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversível em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no seu valor justo.

As aplicações financeiras são de aplicação e resgate automático do saldo disponível em conta corrente, com remuneração crescente, em

percentual da taxa CDI, de acordo com o prazo de permanência. São de alta liquidez e de curto prazo.

As aplicações nos bancos nacionais são remuneradas por taxas que variam entre 80% e 95% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

Veja abertura abaixo das características das aplicações financeiras.

<b>Banco</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Taxa média</b>
Brasil	Automática	80% a 95% a.m.
Bradesco	Automática	80% a 95% a.m.
Itaú	Automática	80% a 95% a.m.
Santander	Automática	80% a 95% a.m.

## 6. Contas a receber

O saldo de contas a receber refere-se majoritariamente aos faturamentos efetuados pela Companhia aos clientes nacionais e estrangeiros em relação ao processo de venda de ativos como sucatas, conforme quadro a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Cientes nacionais	13.785	19.016	13.785	19.016
Cientes estrangeiros (i)	4.815	4.815	4.815	4.815
	<b>18.600</b>	<b>23.831</b>	<b>18.600</b>	<b>23.831</b>

(i) As vendas são originárias dos ativos do estaleiro, tanto nacional, como estrangeira. E, são em decorrência da recuperação judicial, dessa forma, os recebimentos ocorrem através de depósito judicial e liberado posteriormente pela juíza do caso.

## 7. Tributos a compensar

O saldo de tributos a compensar refere-se majoritariamente a apuração de créditos vinculados a custos e despesas e a retenção de notas fiscais de prestação de serviços, conforme quadro a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
IR e CS a Compensar	3	6.771	134	9.750
Saldo Negativo IR e CS	-	-	2.028	-
Pis e COFINS a recuperar (i)	63.292	64.949	79.285	80.605
Demais tributos a recuperar	270	1.576	270	4.757
	<b>63.565</b>	<b>73.296</b>	<b>81.717</b>	<b>95.112</b>

(i) Os créditos de Pis e COFINS foram acumulados no decorrer dos anos oriundos das operações de exportação, e também, existem créditos apurados sobre a depreciação de compra de máquinas e equipamentos, tais créditos estão sendo utilizados para compensar os passivos de tributos federais.

## 8. Outros ativos e Depósitos judiciais

O saldo de outros ativos refere-se majoritariamente, a valores depositados em juízo nos autos da recuperação judicial, referente a litígio com banco, os saldos estavam classificados no curto prazo em 2020 na rubrica de "outros ativos" e foram reclassificados para o longo prazo em 2021 na rubrica de "depósitos judiciais".

A movimentação de outros ativos e depósitos judiciais de 2021 e 2020 é apresentada como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Depósitos judiciais (CP)	1.217	39.804	1.217	55.039
Prêmio de seguros	-	95	19	146
Depósitos judiciais (LP)	29.754	-	29.754	-
Outros ativos	2	146	42	602
	<b>30.973</b>	<b>40.045</b>	<b>31.032</b>	<b>55.787</b>

Alguns saldos de depósitos judiciais foram reconciliados em 2021 e considerados despesa para a Companhia.

## 9. Conta corrente entre empresas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, decorrem de transações entre a Companhia e sua controladora, controladas e empresas ligadas, como segue:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Nova Participações S.A.	12.347	2.000	12.347	2.000
Engevix Sistemas de Defesa Ltda	54.753	78.918	54.753	78.918
Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.	13.004	13.004	13.004	13.004
RGE Estaleiros S.A. - Em recuperação judicial	329.197	330.750	-	-
RG Estaleiro ERG1 S.A. Em recuperação judicial	25.561	28.554	-	-
RG Estaleiro ERG2 S.A. Em recuperação judicial	53.235	53.235	-	-
RG Estaleiro ERG3 S.A. Em recuperação judicial	333	333	-	-
	<b>488.430</b>	<b>506.794</b>	<b>80.104</b>	<b>93.922</b>
<b>Circulante</b>	-	-	-	-
<b>Não circulante</b>	<b>488.430</b>	<b>506.794</b>	<b>80.104</b>	<b>93.922</b>

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Nova Participações S.A.	-	3.124	-	3.124
	-	<b>3.124</b>	-	<b>3.124</b>
<b>Circulante</b>	-	-	-	-
<b>Não circulante</b>	-	<b>3.124</b>	-	<b>3.124</b>

Conforme prevê a Lei 6.404/76 a companhia contabiliza suas transações com partes relacionadas no ativo não circulante

#### a) Operações com pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração compreende ao pró-labore mensal e remuneração variável. O montante pago no exercício findo em 31 dezembro de 2021 e 2020 estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Benefícios de curto prazo (salários e bônus)	525	1.262

#### 10. Ativo fiscal diferido

A Companhia registrou ativo fiscal diferido, relativo a imposto de renda e contribuição social sobre todas as diferenças temporárias, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda diferido	35.537	-	35.537	-
Contribuição social diferido	12.793	-	12.793	-
	<b>48.330</b>	-	<b>48.330</b>	-

A expectativa de realização será alinhada ao plano de negócio projetado para os próximos exercícios.

#### 11. Investimentos

Em 16 de dezembro de 2013, a Companhia adquiriu da FIC FIP Jackson Empreendimentos Ltda., 20% das cotas da FIP RG ESTALEIROS, pelo valor de R\$ 110.000, com todos os direitos e obrigações constantes dos Estatutos. A parcela adquirida corresponde ao valor de R\$136.506, gerando uma reserva de transação de capital de R\$26.506.

Os investimentos são contabilizados na controladora pelo método da equivalência patrimonial e representam a participação de 75% da Companhia na controlada direta FIP RG ESTALEIROS:

#### a) Movimentação dos investimentos diretos (controladora)

	Saldo inicial dos investimentos 2020	Estorno da equivalência patrimonial indevida	Resultado de equivalência patrimonial	Provisão para perda nos investimentos	Saldo final dos investimentos 2020
FIP RG Estaleiros	105.780	(105.780)	-	-	-
RG Estaleiros S.A.	420.000	-	(1.583)	(420.000)	(1.583)
	<b>525.780</b>	<b>(105.780)</b>	<b>(1.583)</b>	<b>(420.000)</b>	<b>(1.583)</b>

	Saldo inicial dos investimentos 2021	Estorno da equivalência patrimonial indevida	Resultado de equivalência patrimonial	Provisão para perda nos investimentos	Saldo final dos investimentos 2021
FIP RG Estaleiros	-	-	-	-	-
RG Estaleiros S.A.	(1.583)	-	-	-	(1.583)
	<b>(1.583)</b>	-	-	-	<b>(1.583)</b>

	Quantidades de ações/quotas Ordinárias (em unidades)	% Participação direta	Resultado do exercício 2021	Resultados do exercício acumulados	Patrimônio líquido	Provisão para perdas nos investimentos	Patrimônio líquido em 31/12/2021
FIP RG Estaleiros	564.400	75	-	(2.110)	560.000	(560.000)	(2.110)
	<b>564.400</b>	<b>75</b>	-	<b>(2.110)</b>	<b>560.000</b>	<b>(560.000)</b>	<b>(2.110)</b>

Empresas	% Participação	Patrimônio líquido em 31/12/2021
RG Estaleiros S.A.	100%	28.670
RG Estaleiro ERG1 S.A.	100%	207.521
RG Estaleiro ERG2 S.A.	100%	(127.514)
RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A.	100%	5.298

#### b) Participações indiretas em empresas controladas

Em 31 de dezembro de 2021	Total de ativo	Total de passivo exigível	Patrimônio líquido
RG Estaleiros S.A.	510.039	481.369	28.670
RG Estaleiro ERG 1 S.A.	294.793	87.272	207.521
RG Estaleiro ERG 2 S.A.	927.530	1.055.044	(127.514)
RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A.	6.244	946	5.298

A RG Estaleiros S.A. – Em recuperação judicial é subsidiária integral do FIP RG Estaleiro e as empresas RG Estaleiro ERG 1 S.A. – Em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG 2 S.A. – Em recuperação judicial e RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A. – Em recuperação judicial são, por sua vez, subsidiárias integrais da RG Estaleiros S.A. – Em recuperação judicial

O controle dessas empresas por parte da Companhia fica caracterizado pelo fato da Companhia exercer gestão sobre as políticas operacionais, sobre as operações financeiras e porque a Companhia detém poder de indicar ou destituir membros da direção das empresas.

#### 12. Propriedade para investimento

O saldo é referente ao terreno de propriedade do ERG3.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Edificações (i)	-	1.432	-	1.432
Terreno	-	-	2.116	2.116
	-	<b>1.432</b>	<b>2.116</b>	<b>3.548</b>

(i) Transferido para ativo imobilizado.

#### 13. Imobilizado

Em novembro de 2021, a Companhia contratou uma das maiores consultorias especializada para realizar Gestão dos Ativos (contagem física dos ativos e conciliação físico-contábil), além de revisão das vidas úteis em todo o estaleiro. E, todo esse trabalho está embasado por laudo técnico, de acordo com os CPC's 01 e 25, respectivamente. Os ajustes contábeis do exercício em questão sofreram efeitos irrelevantes do ponto de vista de resultado. No entanto, com grande impacto nos controles internos da companhia

## a) Composição do imobilizado – controladora

Imobilizado	Taxas anuais de depreciação %	2021		2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Terrenos	20	726	-	726	-
Edificações	20	23.414	(16.508)	6.906	5.322
Móveis e utensílios	10	1.960	(1.695)	265	1.266
Equipamentos de informática	20	361	(305)	56	5
Veículos	20	2.593	(2.593)	-	-
Ferramentas, maquinas e equipamentos	10	362.484	(303.610)	58.874	102.296
Equipamentos de informática - leasing	20	-	-	-	2.450
Veículos - leasing	20	-	-	-	431
Instalações	10	2.500	(2.071)	429	4.930
Ferramentas	15	11.198	(9.455)	1.743	-
Imobilizado em andamento	-	732	-	732	-
		<b>405.968</b>	<b>(336.237)</b>	<b>69.731</b>	<b>116.700</b>

## b) Movimentação do custo - controladora

Imobilizado	Saldo em 31/12/20	Adições	Baixas	Sobras Contábeis (Inventário)	Transferências (Inventário)	Saldo em 31/12/21
Terrenos	-	-	-	-	726	726
Edificações	8.408	-	-	-	15.006	23.414
Móveis e utensílios	6.332	95	(118)	(4.069)	(280)	1.960
Equipamentos de informática	2.184	220	(41)	(930)	(1.072)	361
Veículos	3.361	-	-	(622)	(146)	2.593
Ferramentas, maquinas e equipamentos	374.846	251	(39)	(1.658)	(10.916)	362.484
Equipamentos de informática - leasing	5.754	-	(5.754)	-	-	-
Veículos - leasing	2.156	-	(2.156)	-	-	-
Instalações	16.546	-	(299)	(109)	(13.638)	2.500
Ferramentas	-	-	-	-	11.198	11.198
Imobilizado em andamento	-	732	-	-	-	732
Direito de softwares*	-	-	-	-	332	-
Edificações - propriedade para investimentos*	-	-	-	-	(1.210)	-
	<b>419.587</b>	<b>1.298</b>	<b>(8.407)</b>	<b>(7.388)</b>	<b>-</b>	<b>405.968</b>

\* Custo contabilizado no ativo intangível, está nesta composição a título de demonstração, uma vez que, houveram transferências de categorias de imobilizado e intangível no inventário de ativos da Companhia e suas controladas.

## c) Movimentação da depreciação - controladora

Imobilizado	Taxas anuais de depreciação %	31/12/20	Adições	Sobras Contábeis (Inventário)	Transferências (Inventário)	Ajustes	31/12/21
Terrenos	20	-	-	-	-	-	-
Edificações	20	(3.087)	(668)	-	(12.935)	182	(16.508)
Móveis e utensílios	10	(5.078)	(518)	3.714	194	(7)	(1.695)
Equipamentos de informática	20	(2.178)	(19)	889	964	40	(305)
Veículos	20	(3.361)	-	622	146	-	(2.593)
Ferramentas, maquinas e equipamentos	10	(272.550)	(36.941)	1.405	10.250	(5.774)	(303.610)
Equipamentos de informática – leasing	20	(3.304)	-	-	-	3.304	-
Veículos - leasing	20	(1.724)	-	-	-	1.724	-
Instalações	10	(11.616)	(1.383)	96	10.896	(65)	(2.071)
Ferramentas	15	-	(178)	-	(9.276)	-	(9.455)
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-	-	-
direito de softwares*	-	-	-	-	(239)	-	-
		<b>(302.898)</b>	<b>(39.707)</b>	<b>6.726</b>	<b>-</b>	<b>(596)</b>	<b>(336.236)</b>

\* Amortização contabilizada no ativo intangível, está nesta composição a título de demonstração, uma vez que, houveram transferências de categorias de imobilizado e intangível no inventário de ativos da Companhia e suas controladas.

## d) Composição do imobilizado - consolidado

Imobilizado	Taxas anuais de depreciação %	2021		2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Terrenos	20	15.574	-	15.574	7.248
Edificações	20	878.557	(295.431)	583.126	336.208
Móveis e utensílios	10	2.228	(1.940)	288	1.320
Equipamentos de informática	20	362	(306)	56	91
Veículos	20	2.665	(2.665)	-	156
Ferramentas, maquinas e equipamentos	10	803.923	(401.597)	402.326	493.744
Equipamentos de informática - leasing	20	-	-	-	2.450
Veículos - leasing	20	-	-	-	431
Instalações	10	2.503	(2.074)	429	14.687
Ferramentas	15	77.695	(48.465)	29.230	-
Imobilizado em andamento	-	732	-	732	-
		<b>1.784.239</b>	<b>(752.478)</b>	<b>1.031.761</b>	<b>856.335</b>

Diferenças no saldo líquido do imobilizado consolidado devido pendência de reconhecimento contábil (no FIP Estaleiros) da despesa de depreciação acumulada do RGE.

## e) Movimentação do custo - consolidado

Imobilizado	Saldo em 31/12/20	Adições	Estorno da baixa para o PL (2019)	Baixas	Sobras Contábeis (Inventário)	Transferências (Inventário)	Saldo em 31/12/21
Terrenos	7.248	-	7.600	-	-	726	15.574
Edificações	465.420	-	384.161	-	(1)	28.977	878.557
Móveis e utensílios	6.798	98	-	(119)	(4.330)	(219)	2.228
Equipamentos de informática	2.360	220	(84)	(41)	(997)	(1.096)	362
Veículos	3.822	-	-	-	(622)	(535)	2.665
Ferramentas, maquinas e equipamentos	869.786	323	(9.829)	(39)	(2.279)	(54.039)	803.923
Equipamentos de informática - leasing	5.754	-	-	(5.754)	-	-	-
Veículos - leasing	2.155	-	-	(2.155)	-	-	-
Instalações	53.484	-	65	(299)	(110)	(50.637)	2.503
Ferramentas	-	-	-	-	-	77.695	77.695
Imobilizado em andamento	-	732	-	-	-	-	732
Direito de softwares*	-	-	-	-	-	338	-
Edificações - propriedade para investimentos*	-	-	-	-	-	(1.210)	-
	<b>1.416.827</b>	<b>1.373</b>	<b>381.913</b>	<b>(8.407)</b>	<b>(8.339)</b>	<b>-</b>	<b>1.784.239</b>

## f) Movimentação da depreciação – consolidado

Imobilizado	Taxas anuais de depreciação %	31/12/20	Adições	Estorno da baixa para o PL (2019)	Sobras Contábeis (Inventário)	Transferências (Inventário)	Ajustes	31/12/2021
Terrenos	20	-	-	-	-	-	-	-
Edificações	20	(129.212)	(34.548)	(107.565)	-	(24.288)	182	(295.431)
Móveis e utensílios	10	(5.489)	(556)	-	3.968	144	(7)	(1.940)
Equipamentos de informática	20	(2.268)	(20)	-	956	986	40	(306)
Veículos	20	(3.667)	(32)	-	622	412	-	(2.665)
Ferramentas, maquinas e equipamentos	10	(376.041)	(51.120)	-	2.020	29.318	(5.774)	(401.597)
Equipamentos de informática - leasing	20	(3.304)	-	-	-	-	3.304	-
Veículos - leasing	20	(1.724)	-	-	-	-	1.724	-
Instalações	10	(38.797)	(4.461)	-	98	41.151	(65)	(2.074)
Ferramentas	15	-	(985)	-	-	(47.480)	-	(48.465)
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Direito de softwares*	-	-	-	-	-	(243)	-	-
		<b>(560.502)</b>	<b>(91.722)</b>	<b>(107.565)</b>	<b>7.664</b>	<b>-</b>	<b>(596)</b>	<b>(752.478)</b>

## 14. Intangível

	Controladora			
	2020	Movimentação	Amortização	2021
Marcas e patentes	3	-	-	3
Direito de uso de software (i)	6.449	603	-	7.052
Amortização Acumulada	(6.310)	(244)	(235)	(6.789)
	<b>142</b>	<b>359</b>	<b>(235)</b>	<b>266</b>

  

	Consolidado			
	2020	Movimentação	Amortização	2021
Marcas e patentes	3	-	-	3
Direito de uso de software (i)	6.498	603	-	7.101
Amortização Acumulada	(6.359)	(244)	(235)	(6.838)
	<b>142</b>	<b>359</b>	<b>(235)</b>	<b>266</b>

(i) Direito de uso de software é ativo com prazo de vida útil definida em cinco anos, prazo pelo qual deve ser totalmente amortizado.

## 15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores nacionais (i)	1.065	2.730	6.007	10.742
Fornecedores partes relacionadas	2.316	-	-	-
Outras contas a pagar	1	3.120	1	3.172
	<b>3.382</b>	<b>5.850</b>	<b>6.008</b>	<b>13.914</b>

(i) Fornecedores majoritariamente referente a manutenção da estrutura operacional e administrativa da Companhia e suas controladas.

## 16. Obrigações fiscais

O saldo está representado por impostos e contribuições a recolher, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>CIRCULANTE</b>				
Iss	99	615	248	1.134
Icms	80	951	80	948
Pis e cofins	183	22	496	(318)
Irpj e csll	-	-	114	1.530
Ir retido	24	1.136	47	1.697
Inss	31	820	210	1.140
CSRF Retido (i)	46	(352)	47	7.626
Fgts	1	(30)	52	51
Outros Impostos	-	(103)	-	638
	<b>464</b>	<b>3.059</b>	<b>1.294</b>	<b>14.446</b>

(i) Saldo Reclassificado para contingências tributárias em 2021.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Parcelamento de impostos municipais (i)	974	-	1.717	-
Parcelamento de impostos federais (ii)	-	-	626	-
	<b>974</b>	<b>-</b>	<b>2.343</b>	<b>-</b>

(i) Saldo referente ao parcelamento de Impostos Municipais "DEBITOS DE ISSQN – REFIS", de competência de 2016 na controladora Ecovix, com pagamento em 10 parcelas (deferido em 29/09/2021) e "DEBITOS DE IPTU – REFIS", de competência de 2018 A 2021 nas controladas ERG1 e ERG2 com pagamento em 12 parcelas (deferido em 27/08/2021).

(ii) Saldo referente ao parcelamento de Impostos Federais "MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO – ECF, de competência de 2019.

**17. Adiantamento de clientes**

<b>Projeto</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
ADIANTAMENTO CONTA VINCULADA PETROBRAS - TUPI (i)	-	212.339
Kadana internacional fze	57.347	57.347
Norton jochims fernandes	6.344	6.344
Gerdau s.a.	3.600	-
Dock brasil engenharia e servicos s.a.	3.730	-
H.f. sistemas de freio ltda	502	-
Subsea7 do brasil servicos ltda	300	-
Outros	24	6
	<b>71.847</b>	<b>276.036</b>
<b>Circulante</b>	<b>38.524</b>	<b>276.036</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>33.323</b>	-

(i) Saldo reconciliado, uma vez que, estava contabilizado em duplicidade no passivo na Companhia, foi baixado para a patrimônio líquido devido já estar reconhecido contabilmente nos registros de passivo dos credores da recuperação judicial.

O saldo de adiantamentos será regularizado no decorrer do próximo exercício social.

**18. Receita Diferida**

Os valores recebidos a título de recuperação de despesas, estão contabilizados no passivo para serem diferidos, de acordo, com a vida útil do bem (máquina e equipamento) - 2014 a 2024.

	<b>Controladora</b>		
	<b>2020</b>	<b>Apropriação na receita</b>	<b>2021</b>
Recuperação de despesas com Pórtico	91.023	(22.733)	68.290
	<b>91.023</b>	<b>(22.733)</b>	<b>68.290</b>

**19. Provisões para contingências**

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis e tributários. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

<b>Descrição – consolidado</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Contingências cíveis	61.209	-
Contingências tributárias (i)	247.594	695
Contingências trabalhistas (ii)	-	6.470
	<b>308.803</b>	<b>7.165</b>

(i) A Companhia fez baixa do saldo anterior das contingências tributárias para o patrimônio líquido. Em 2021 estes valores foram ajustados e reclassificados para o passivo judicial por se tratarem de processos com status de perda provável e que devem ser contabilizados conforme normativas contábeis.

(ii) A Companhia reclassificou as provisões trabalhistas para o passivo de longo prazo de credores de recuperação judicial (vide nota explicativa número 20).

A seguir composição do passivo contingente por empresa:

<b>Composição por empresa em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>Contingências cíveis</b>	<b>Contingências tributárias</b>	<b>Total</b>
RG Estaleiros S.A.	-	22.782	22.782
RG Estaleiro ERG 1 S.A.	-	2.297	2.297
RG Estaleiro ERG 2 S.A.	-	90.474	90.474
Controladora	61.209	132.041	193.250
	<b>61.209</b>	<b>247.594</b>	<b>308.803</b>

A Companhia manteve registrado no passivo contingente cível, processos com risco de perda provável, no entanto eventual valor liquidado deverá ser habilitado junto à Recuperação Judicial das empresas que formam o Grupo Ecovix.

## 20. Credores da recuperação judicial

A Companhia apresentou a propositura da Recuperação Judicial que ocorreu em 16/12/2016, e foi deferido em 19/12/2016, conforme o processo número 5000021-98.2016.8.21.0023. Dessa forma, a Companhia está reestruturando um passivo de 7 bilhões, conforme demonstrativo abaixo:

Classes	Controladora	Consolidado
Classe I - credores recuperação judicial - trabalhistas	47.695	47.695
Classe III - credores recuperação judicial - quirografário	2.520.158	2.946.701
Classe IV - credores recuperação judicial – EM/EPP	6.276	7.480
Credores recuperação judicial – SSF/ “TSA”	4.370.161	4.370.161
	<b>6.944.290</b>	<b>7.372.037</b>

Ao longo dos 5 anos de recuperação judicial foram pagos R\$ 35 milhões, conforme demonstrativo abaixo:

Pagamentos Realizados até 31/12/21		
Classe	Credor	Valor Pago
CLASSE I	TRABALHISTA	8.196
CLASSE III	QUIROGRAFÁRIO	18.498
CLASSE IV	ME/EPP	8.897
<b>Total</b>		<b>35.591</b>

Sendo que os pagamentos foram realizados da seguinte forma:

Classe I aproximadamente 540 funcionários que somam R\$ 8,1 milhões, Classe III 151 fornecedores e prestadores de grande porte que somam R\$3,5 milhões e empréstimos bancários na ordem de R\$ 15 milhões e Classe IV 127 fornecedores e prestadores de pequeno porte que somam R\$ 8,8 milhões.

Com base no plano de negócios apresentada em maio/21, a companhia tem expectativas de receitas e continuidade por uma decisão estratégica de um novo negócio.

### Tratamento Crédito Trabalhista – Recuperação Judicial das empresas do Grupo Ecovix

O valor do passivo trabalhista concursal do Grupo Ecovix deverá ser provisionado considerando as premissas e disposições do Plano de Recuperação Judicial, conforme abaixo definido:

Definição: De acordo com o Plano de Recuperação Judicial são créditos trabalhistas os oriundos de: (i) salários, outras verbas salariais e verbas indenizatórias decorrentes da legislação do trabalho até o limite de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por empregado; e (ii) acidente de trabalho. Com exceção das indenizações por conta de acidente de trabalho, o valor dos Créditos Trabalhistas estará limitado a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por empregado, nos termos do artigo 83, I, da LFRE, sendo que o valor excedente será pago nos termos e condições aplicáveis aos Créditos Quirografários.

Forma de Pagamento:

Cláusula 3.1.1 - Pagamento dos créditos trabalhistas incontroversos: (i) valor correspondente a 5 salários mínimos, relativos a créditos de natureza estritamente salarial e vencidos até 3 meses anteriores à Data do Pedido, serão pagos no prazo de até 30 dias a contar da homologação judicial do Plano, (ii) o restante será pago em 4 (quatro) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira parcela no prazo de 90 dias a contar da Homologação Judicial do Plano.

Cláusula 3.1.2 - Pagamento dos créditos trabalhistas controvertidos: serão pagos na forma estabelecida na Cláusula 3.1.1, após os valores serem fixados em sede de homologação de cálculos transitada em julgado.

Condições aplicáveis ao Créditos Quirografários: cada credor quirografário receberá o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), até o limite de valor de seu respectivo Crédito Quirografário, em pagamento, parcial ou total, conforme o caso, em até 180 dias da homologação Judicial do Plano. Eventual saldo do crédito quirografário será convertido em Debentures.

### Verbas para pagamento do passivo trabalhista judicial – Acordo de Rescisão Ecovix, Tupi e PNBV.

No que tange aos créditos trabalhistas/passivo trabalhistas judicial, importante observar que Ecovix, Tupi BV e PNBV formalizaram acordo de rescisão dos contratos para construção dos cascos FPSO em 09 de dezembro de 2016, denominado (“TSA”). Por este acordo, a Tupi e PNBV se obrigaram a pagar à Ecovix a quantia de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para pagamento de valores de ações judiciais movidas por ex-funcionários elegíveis de acordo com os critérios do TSA. Os valores são disponibilizados pela Tupi na medida em que os créditos trabalhistas são habilitados na Recuperação Judicial e são pagos pela Ecovix em estrito cumprimento às disposições do Plano de Recuperação Judicial. Os valores disponibilizados pela Tupi no âmbito do TSA foram listados na Recuperação Judicial como crédito quirografário em benefício da Tupi e da PNBV.

## 21. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$20.000, representado por 20.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

### b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social.

### c) Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O saldo remanescente, depois de atendida as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionista, observada a legislação aplicável.

## 22. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas de serviços	16	6.183	10.591	11.126
Impostos incidentes	-	(494)	(868)	(885)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>16</b>	<b>5.689</b>	<b>9.723</b>	<b>10.241</b>

(i) As receitas de serviços, consolidado, referem-se a serviços de reparo naval, locação de cais e serviços de top off.

## 23. Custos operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custos com pessoal	-	-	(2.066)	(4.663)
Custos de utilidade e serviços	-	-	(877)	(1.705)
Custos com materiais	(33)	198	(561)	(791)
Custos gerais	-	137	(116)	(213)
Custos com serviços contratados	(28)	(249)	(1.818)	(2.045)
Créditos de tributos	-	-	-	-
	<b>(61)</b>	<b>86</b>	<b>(5.438)</b>	<b>(9.417)</b>

## 24. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas com pessoal	(2.958)	(4.957)	(9.003)	(10.797)
Despesas de ocupação, utilidades e serviços	(439)	(201)	(3.110)	(4.389)
Serviços prestados por terceiros	(18.734)	(25.976)	(20.352)	(27.481)
Despesas com viagens e estadias	(215)	(130)	(215)	(130)
Despesas com refeições	(74)	(22)	(74)	(22)
Despesas com materiais	(280)	(464)	(364)	(996)
Despesas com tributos e taxas	(3.706)	(137)	(4.366)	(543)
Despesas Indedutíveis	(11)	(9.501)	(162)	(9.501)
Perdas de créditos	(466)	(1.078)	(1.868)	(1.078)
Outras despesas gerais	(1.145)	(6.221)	(1.297)	(6.992)
Provisão de contingências	(5.844)	(7.338)	(6.272)	(7.338)
	<b>(33.872)</b>	<b>(56.025)</b>	<b>(47.083)</b>	<b>(69.267)</b>

## 25. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Outras receitas operacionais				
Receita de locação (i)	2.781	34	3.027	103
Outras receitas	95	-	95	-
Recuperação de despesas (i)	23.183	22.751	23.794	22.751
Outras despesas	(8)	(179)	(8)	(179)

<b>26.051</b>	<b>22.606</b>	<b>26.908</b>	<b>22.675</b>
---------------	---------------	---------------	---------------

(i) Referem-se à receita de locação do cais na controlada ERG1.

(ii) Referem-se substancialmente à recuperação das despesas com a construção do pórtico, saldo recebido pela controladora e contabilizado no passivo para ser diferido mensalmente no resultado, conforme período de depreciação do ativo.

## 26. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Juros recebidos ou auferidos sobre mútuos	209	-	209	-
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	10	272
Juros Selic auferidos e recebidos (i)	105	2.307	759	2.307
Descontos obtidos	-	-	-	-
Pis e COFINS s/. receita financeira	(275)	(84)	(306)	(248)
	<b>39</b>	<b>2.223</b>	<b>672</b>	<b>2.331</b>

(i) Os juros recebidos em 2020 referem-se ao recebimento do reintegra pela controladora. Os juros auferidos em 2021 referem-se à atualização dos créditos de INSS a compensar.

## 27. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Juros pagos ou incorridos	(6)	(10)	(6)	(10)
Tarifas bancarias	(7)	(4)	(50)	(56)
IOF	-	(107)	(6)	(117)
Juros pagos por tributos e fornecedores	(575)	(2.182)	(1.063)	(2.595)
Outras despesas financeiras	(11)	1	(11)	1
	<b>(599)</b>	<b>(2.302)</b>	<b>(1.136)</b>	<b>(2.777)</b>

## 28. Outras receitas e outras despesas

Referem-se substancialmente a receita de vendas de ativos, sobras contabilizadas no inventário dos ativos, receitas de vendas de sucatas e créditos de pis e confins vinculados a custos e despesas.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita de venda de ativo imobilizado	60	280	60	280
Baixa por inutilização ou quebra de ativo imobilizado	(662)	-	(675)	-
Receita de venda de sucata	3.135	29.514	3.135	29.514
Outras receitas e despesas (i)	(132)	(7)	(710)	5.182
Crédito de pis e COFINS vinculado a custos e despesas	241	185	2.771	3.023
	<b>2.642</b>	<b>29.972</b>	<b>4.581</b>	<b>37.999</b>

(i) Em 2020 a Companhia registrou nesta rubrica as receitas de serviços de corte da controlada ERG1.

## 29. Imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o resultado líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente</b>				
Lucro/Prejuízo Antes dos Impostos	<b>(45.726)</b>	<b>(37.506)</b>	<b>(162.068)</b>	<b>(132.236)</b>
<b>Adições</b>				
Demais despesas não dedutíveis	674	12.220	718	12.384
Provisões não dedutíveis	5.844	163	8.389	163
Perdas	467	-	1.873	591
Equivalência Patrimonial	-	-	58.111	47.312

**Exclusões**

Demais despesas não dedutíveis	-	(218)	-	(218)
Perdas	-	-	-	-
Provisões não dedutíveis	-	-	(2.117)	-
<b>Lucro real antes da compensação de prejuízos fiscais</b>	<b>(38.7412)</b>	<b>(25.341)</b>	<b>(95.094)</b>	<b>(72.004)</b>
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL	-	-	87	-
<b>Lucro Real depois da Compensação de Prejuízos Fiscais</b>	<b>(38.741)</b>	<b>(25.341)</b>	<b>(95.182)</b>	<b>(72.004)</b>
Alíquota Nominal Combinada do Impostos de Renda e Contribuição Social - %	34%	34%	34%	34%
Impostos de Renda e Contribuição Social Correntes	-	-	<b>49</b>	-

**30. Imposto de renda e contribuição social diferido**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base de cálculo dos tributos e os seus respectivos valores contábeis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente.

Caso haja alguns fatores relevantes que venham modificar as projeções, estas serão revisadas durante o exercício social da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido</b>				
Prejuízos Fiscais e Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social	(45.726)	(37.506)	(103.837)	(84.818)
Despesas Não Dedutíveis Na Apuração do Lucro Tributável	6.985	12.165	8.451	12.846
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos</b>	<b>(13.172)</b>	<b>(8.616)</b>	<b>(32.431)</b>	<b>(24.470)</b>

A Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não constituiu impostos diferidos, apenas manteve o saldo registrado em 2021 referente ao prejuízo apurado no exercício social de 31 de dezembro de 2019.

**31. Instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos que não visem proteção ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros	Controladora								
	31/12/2021				31/12/2020				
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizado	Total	Instrumentos financeiros	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizado	Total
<b>Ativos</b>					<b>Ativos</b>				
Aplicações financeiras	120	-	-	<b>120</b>	Aplicações financeiras	89	-	-	<b>89</b>
Contas a receber de clientes	-	18.600	-	<b>18.600</b>	Contas a receber de clientes	-	23.831	-	<b>23.831</b>
Conta corrente entre empresas	-	488.430	-	<b>488.430</b>	Conta corrente entre empresas	-	506.794	-	<b>506.794</b>
	<b>120</b>	<b>507.030</b>	-	<b>507.150</b>		<b>89</b>	<b>530.625</b>	-	<b>530.714</b>
<b>Passivos</b>					<b>Passivos</b>				
Conta corrente entre empresas	-	-	-	-	Conta corrente entre empresas	-	-	3.124	<b>3.124</b>

Fornecedores	-	-	3.382	<b>3.382</b>	Fornecedores	-	-	5.850	<b>5.850</b>
	-	-	<b>3.382</b>	<b>3.382</b>		-	-	<b>8.973</b>	<b>8.973</b>

	31/12/2021				Consolidado					31/12/2020			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizado	Total	Instrumentos financeiros	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizado	Total				
<b>Ativos</b>					<b>Ativos</b>								
Aplicações financeiras	863	-	-	<b>863</b>	Aplicações financeiras	13.116	-	-	<b>13.116</b>				
Contas a receber de clientes	-	18.600	-	<b>18.600</b>	Contas a receber de clientes	-	23.831	-	<b>23.831</b>				
Conta corrente entre empresas	-	80.104	-	<b>80.104</b>	Conta corrente entre empresas	-	93.922	-	<b>93.922</b>				
	<b>863</b>	<b>98.704</b>	-	<b>99.567</b>		<b>13.116</b>	<b>117.753</b>	-	<b>130.869</b>				
<b>Passivos</b>					<b>Passivos</b>								
Conta corrente entre empresas	-	-	-	-	Conta corrente entre empresas	-	-	3.124	<b>3.124</b>				
Fornecedores	-	-	6.008	<b>6.008</b>	Fornecedores	-	-	13.914	<b>13.914</b>				
	-	-	<b>6.008</b>	<b>6.008</b>		-	-	<b>17.038</b>	<b>17.038</b>				

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de taxa de juros; e
- Riscos operacionais.

As informações a seguir apresentam a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um dos riscos supramencionados, bem como as políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo das demonstrações contábeis.

#### Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, visando definir limites e controles de riscos apropriados, bem como monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas.

#### Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e de suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

O risco de crédito da Companhia é mitigado principalmente pela venda de ativos que ocorreram em anos anteriores e em 2021, diante do processo de Recuperação Judicial, não há risco operacional, uma vez que tais “sucatas” estão disponíveis para imediata retirada ou entrega. Quanto aos demais contratos de serviços, não há riscos, pois os mesmos não envolvem nenhum processo produtivo, á exemplo das operações anteriores.

#### Contas a receber de clientes

Á exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais dos clientes. A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Administração da Companhia entendeu como não necessário o registro de provisão para redução ao valor recuperável.

#### Investimentos

A Companhia e suas controladas limitam suas exposições a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e apenas em instituições financeiras de grande porte. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia e suas controladas tenham investido apenas em títulos com classificações altas de crédito, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

#### Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Á abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais

e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. No entanto, dentro dos limites impostos pelo mercado atual, encerramentos dos contratos, crise no setor naval na última década e covid-19 que afetaram os negócios nos últimos 2 anos, a Companhia está em processo de assinatura de aditivo do plano de recuperação judicial e com estratégia de novos negócios, para que seja possível o cumprimento das obrigações dentro deste período proposto.

A Companhia conta ainda com o suporte financeiro da sua matriz, caso tenha alguma dificuldade em cumprir com suas obrigações financeiras de curto prazo.

#### **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, afetem os ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração monitora ativamente as oscilações de mercado. No entanto nas operações atuais a companhia não possui contratos ativos em moeda estrangeira, bem como investimentos e empréstimos.

#### **Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia ou suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

#### **Riscos operacionais**

À abordagem de gestão de riscos adotada pela Companhia e suas controladas é realizada por um grupo especificamente dedicado, e baseia-se em um processo permanente e retroalimentado de planejamento para a gestão de riscos, identificação dos riscos, planejamento de respostas a riscos e monitoramento e controle das respostas a riscos. Todo esse processo é efetuado por uma empresa terceira pertencente ao mesmo grupo econômico da Companhia.

O processo de planejamento para a gestão de riscos consiste em decidir a forma de abordagem, estabelecer padrões, definir as ferramentas adequadas e executar as atividades associadas à gestão de riscos do empreendimento.

O processo de identificação dos riscos é permanente e começou no início do empreendimento. As ferramentas e técnicas utilizadas no processo de incluem reuniões, entrevistas, observação, workshops, brainstorming, entre outros.

O processo de planejamento de respostas a risco constitui na definição das estratégias mais adequadas para enfrentar e mitigar os riscos de acordo com sua natureza e classificação de prioridade.

O monitoramento e controle de riscos é uma atividade contínua que tem como objetivos principais: a reavaliação dos riscos identificados, monitoramento da efetividade das respostas aplicadas, identificação de novos riscos, execução de auditorias de risco, entre outras. Ao longo dos anos a Companhia está gradativamente mudando suas estratégias de foco de negócios, ainda sim, vem mantendo monitoramento contínuo de mitigação desses riscos.

#### **Riscos socioambientais**

Os riscos socioambientais são potenciais danos gerados ao meio ambiente pela atividade econômica e que, portanto, podem ter origem em setores variados. Além da organização causadora do dano ambiental, existem agentes externos que podem ser considerados corresponsáveis em caso de ocorrências dessa natureza. De acordo com a atividade e porte das construções desenvolvidas, as exposições a substâncias químicas e processos mecânicos podem causar danos ao meio ambiente e aos indivíduos, dependendo de sua concentração, intensidade, suscetibilidade e tempo de exposição. Estes riscos são permanentemente tratados através de uma sistemática de gestão baseada nas normas ISO 14001 – Gestão Ambiental e IS 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, que analisa os aspectos e impactos, e perigos e riscos a que a Companhia está sujeita no dia a dia, na preparação das respostas e no monitoramento e medição das características principais de suas operações que possam ter impacto significativo. O processo se completa pela Análise Crítica do Sistema de Gestão realizada pela Alta Administração que é realizada em periodicamente.

#### **Riscos de engenharia**

Com o início da utilização da infraestrutura construída, as controladas da Companhia estão sujeitas à obras de finalização ou de retificação nas áreas e equipamentos que compõem seu imobilizado.

#### **Mensuração dos instrumentos financeiros**

Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são equivalentes aos seus valores contábeis.

### **32. Cobertura de seguro**

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas de seguros são conforme segue:

	<b>ECOVIX</b>	<b>ERG1</b>	<b>ERG2</b>	<b>ERG3</b>	<b>RGE</b>
<b>Riscos Operacionais e Lucros Cessantes</b>	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Responsabilidade Civil</b>	N/A	N/A	300.000,00	N/A	N/A
<b>Danos Materiais</b>	N/A	100.000,00	N/A	N/A	N/A
<b>Danos Corporais</b>	N/A	100.000,00	N/A	N/A	N/A
<b>Danos Morais / Estéticos</b>	N/A	5.000,00	N/A	N/A	N/A
<b>Riscos de Engenharia</b>	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Frota</b>	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Colisão/Incêndio/Roubo/Furto</b>	N/A	100% Tabela Fipe	N/A	N/A	N/A

### 33. Eventos subsequentes

Conforme estudo de viabilidade econômico-financeira de maio/21, a crise do Grupo Ecovix, de modo resumido, decorre de diversos fatores, dentre eles as sucessivas crises econômicas-financeiras do setor de óleo e gás ocorridas na última década. Além disso, em 2020, a crise foi pronunciada pelos efeitos prejudiciais da pandemia da COVID-19, que afetou todo o setor produtivo globalmente, em especial no Brasil. E, que após a vacina houve uma minimização dos casos, mas ainda existem riscos potenciais.

Além dos fatores citados acima, em 2020 a maior companhia petrolífera do Brasil anunciou medidas de contenção de custos em suas operações, onde reduziu seu capital de investimentos e por uma decisão estratégica redirecionou as suas principais construções navais para grandes empresas internacionais.

Diante de tais aspectos, o Grupo Ecovix vem buscando alternativas, adequando seu plano de negócios para atividades que possam auxiliar efetivamente no seu progresso, readequando suas operações as novas condições de mercado. Dentre essas alternativas, estão: Atividades de Natureza Portuária e Logística, Atividades de Construção Naval e Construção Industrial.

Ainda sobre a readequação de novos negócios, especificamente sobre as Atividades de Natureza Portuária, tal projeto está em andamento com custos incorridos em 2021 no valor aproximado de R\$ 1,5 milhões e com expectativa de investimentos no CAPEX em 2022 na ordem de R\$ 1,5 milhões. Com previsão de início das operações em maio/2022.

Rio Grande, 25 de fevereiro de 2022.

\_\_\_\_\_  
Ana Catharina Crahim de Mello  
Diretora

\_\_\_\_\_  
Robson Augusto Passos  
Diretor

\_\_\_\_\_  
Tuany Caroliny Costa  
Contadora  
CRC SC 0417360 8 RS